

Trabalho agrícola: percursos e modelos

FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA* E JOAQUIM CABRAL ROLO**

* Instituto Superior de Agronomia (ISA) / Universidade de Lisboa

** Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), I.P.

1. A primeira metade do século XX foi um tempo em que o cultivo da terra avançou por charnecas e encostas. De 1906 a 1940, o número de cabeças de gado de trabalho aumentou de trezentos e vinte mil, o que corresponde a mais de novecentos mil hectares de terra trabalhada, por ano. Ainda pelo final dos anos de 1960, pese a quebra de cerca de 40% desde o meio do século nas unidades de tração do gado de trabalho, a relevância das explorações agrícolas com trator era inferior a 2%. E, no total das unidades de tração mobilizadas pelas explorações agrícolas, as de origem mecânica rondavam os 40%; era ainda o tempo do prevalecimento da tração animal no coadjuvar do trabalho braçal¹. A par daquele acréscimo, a população ativa que se declarava agrícola retornava ao nível de 1890, depois de uma quebra até à década de 1920. Onde não entrava a junta de bois, havia sempre braços para o cultivo.

A primeira metade do século XX foi um tempo em que... recuaram os incultos e cresceu o produto agrícola, numa tendência em que pesaram, além da tração animal e, sobretudo, do número de ativos, as tecnologias que iam tomando o lugar dos instrumentos e práticas tradicionais, nomeadamente novas máquinas ainda não motorizadas.

Foram anos em que recuaram os incultos e cresceu o produto agrícola, numa tendência em que pesaram, além da tração animal e, sobretudo, do número de ativos, as tecnologias que iam tomando o lugar dos instrumentos e práticas tradicionais, nomeadamente novas máquinas ainda não motorizadas.

Em 1950, a população ativa em Portugal era de 3,2 milhões de pessoas, das quais quase metade na

agricultura, onde se repartia por patrões (10%), assalariados (60%) e trabalhadores familiares (30%). Destes últimos, muitos integravam os ranchos migratórios que, todos os anos, saíam das aldeias da pequena agricultura para as ceifas, mondas, vindimas e apanha da azeitona no Alentejo e Ribatejo,

mas também no Douro e noutras regiões. Numa estimativa de 1956, estas migrações abrangiam, anualmente, entre setenta a cem mil pessoas que, nestas deslocações, se sujeitavam a muito penosas condições de vida e de trabalho [Caixa 1]. Eram movimentos populacionais que decorriam da pobreza das aldeias e das elevadas necessidades de mão-de-obra, concentradas em curtos períodos, nalgum

¹ A informação de base a que se apela no texto tem origem, no fundamental, no INE (*Censos e Recenseamentos/Inquéritos às explorações agrícolas* – do de 1952/54 ao de IEA2013) e em estudos/trabalhos de investigação que contaram com o envolvimento dos autores.

mas das operações culturais das principais culturas. Nas terras da agricultura familiar, onde estes *picos* também ocorriam, embora em muito menor escala, eram resolvidos com a entreaajuda de vizinhos e familiares.

Trabalho manual, tração animal, ranchos migratórios, entreaajuda, aldeias onde muita gente, sem outra alternativa, se disputava o cultivo da parcela mais pequena e marginal – este, foi um mundo

que se esboroou, e teve de se refazer, na sequência do grande êxodo agrícola e rural dos anos sessenta (entre 1960 e 1974 a população ativa agrícola teve uma diminuição de 43% – saíram da agricultura cerca de 540 mil unidades de trabalho, UTA). Alguns indicadores sobre a amplitude dos seus efeitos: de 1962 a 1972, em índice (1962=100), os salários subiram para 290, e o aluguer de tração animal para 207; paralelamente, o custo da motomecanização (trator) aumentou apenas 34% e a tendência no gásóleo, adubos, fitofármacos, herbicidas e sementes selecionadas foi também muito inferior à dos salários e da tração animal. A transformação e modernização tecnológica tornaram-se, assim, inevitáveis e repercutiram-se, nomeadamente, na

dinâmica das estruturas agrárias e nas características do trabalho agrícola. É neste último que se centra o presente texto.

Trabalho manual, tração animal, ranchos migratórios, entreaajuda, aldeias onde muita gente, sem outra alternativa, se disputava o cultivo da parcela mais pequena e marginal – este, foi um mundo que se esboroou, e teve de se refazer, na sequência do grande êxodo agrícola e rural dos anos sessenta...

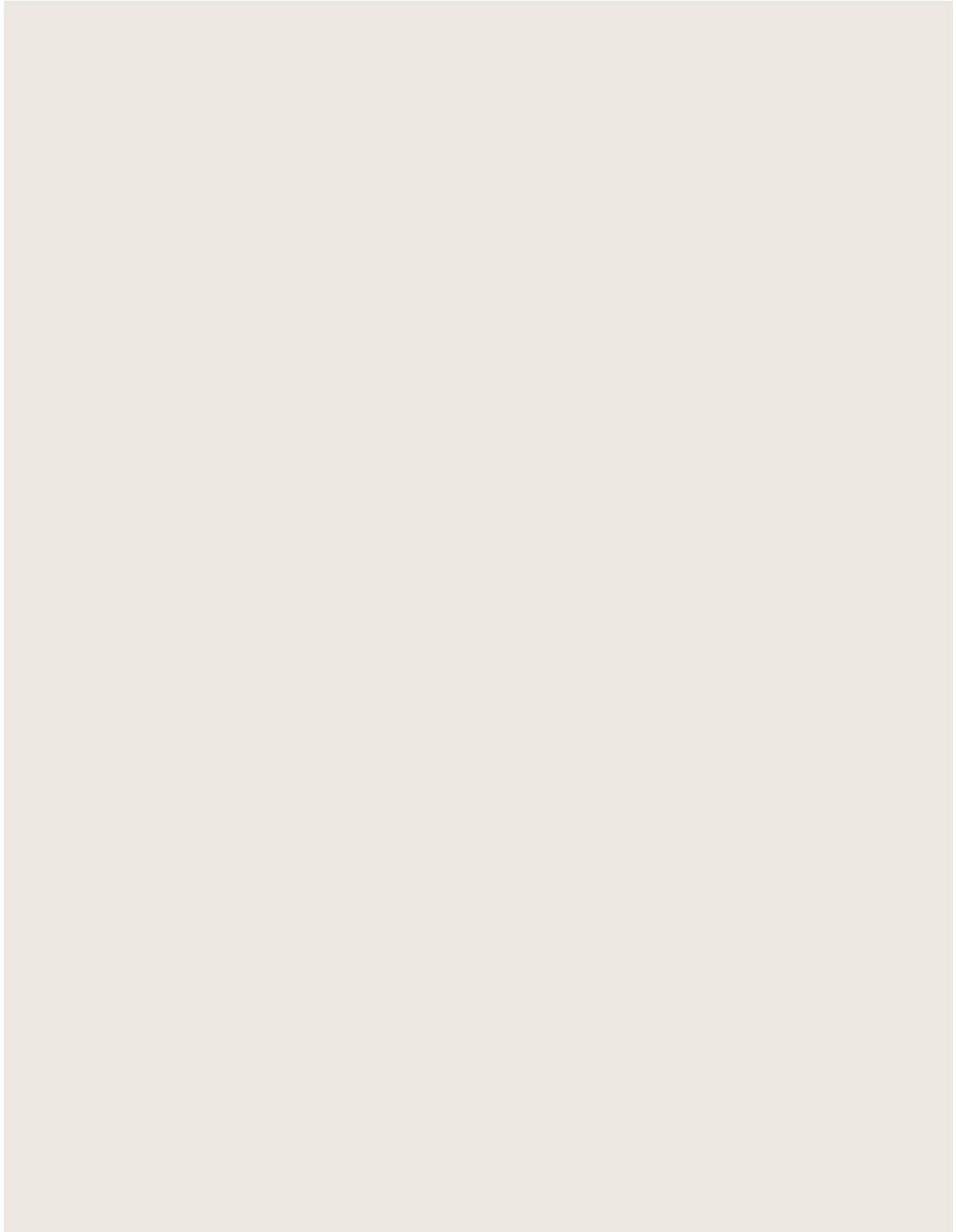
Foi, de qualquer modo, um processo longo e marcado pelas condições sociais e económicas que foram envolvendo a agricultura. Acentuou-se a relação com o mercado e a monetarização da economia agrícola. Estas dimensões vieram ainda a acentuar-se com a

adesão (1986) de Portugal à União Europeia e, em especial, na sequência da reforma da Política Agrícola Comum, de 1992. Pelo meio da década atual, estima-se que o valor económico da produção agrícola comercializada – no universo das explorações agrícolas – ronde os 95%; o que, a título indicativo, compara com cerca de 60% e 75% em 1980 e 1990, respetivamente.

Foi grande o impacto sobre a especialização e tecnologia das explorações agrícolas, e levou, ainda, a uma recomposição da relevância dos sistemas de produção, com o progressivo esmorecer dos cereais de sequeiro, em particular do trigo – tradicional beneficiário do protecionismo agrícola –

e com o destaque ganho pela horticultura e pela arboricultura (fruteiras, olival e vinha). Com a prevalência destas produções, cumpria-se, afinal, a

vocação do território tal como tinha sido defendida, e logo abandonada, pela Agronomia portuguesa, há mais de um século [Caixa 2].



2. Foram décadas, desde os anos sessenta do século passado, em que a população agrícola continuou a *sair*, e a *querer sair*, dos campos: saíram mais de 1 milhão e 600 000 pessoas ligadas a explorações agrícolas pela residência e/ou pelo trabalho entre 1960 e 1991; de 42% dos residentes em Portugal, o seu significado minguava para 12% em 1991 – representa agora 7%. A população ativa agrícola portuguesa era, em 2011, de 120 mil pessoas, ou seja, equivalente a 8% da que se recenseara em 1950. A sua composição é agora a seguinte: patrões, 18%; assalariados, 53%; trabalhadores familiares, 29% e outras situações, 1%.

Convém acrescentar que o trabalho efetivo na agricultura supera o realizado pelos ativos agrícolas. Havia, e há, muitas outras pessoas – residentes no país, ou não – que também se empenham na atividade agrícola. Contabilizando este trabalho e somando-lhe o efetivamente despendido pelos ativos agrícolas, obtém-se um montante que corresponde ao trabalho na agricultura – medido em Unidades de Trabalho Ano (UTA). Mas, com a expressão em UTA, o trabalho agrícola também diminuiu fortemente: teve uma quebra de cerca de 85% de 1950 até 2016. Note-se ainda que uma estimativa (muito débil, dado que pressupõe que todos os ativos trabalham a tempo inteiro – o que não se verifica) indica que, atualmente, o peso dos não recenseados no setor é superior a dois terços do trabalho na agricultura (uma relação UTA/

... desde os anos sessenta do século passado... a população agrícola continuou a sair, e a querer sair, dos campos: saíram mais de 1 milhão e 600 000 pessoas ligadas a explorações agrícolas pela residência e/ou pelo trabalho entre 1960 e 1991; de 42% dos residentes em Portugal, o seu significado minguava para 12% em 1991 – representa agora 7%.

de 85% no trabalho familiar e de perto de 35% no assalariamento.

Uma terceira vertente, com consequências no trabalho agrícola e na vida rural, resulta de, em muitas famílias agrícolas, as suas economias terem passado a depender, na sua maior parte, de rendimentos não agrícolas, seja de pensões e reformas ou de salários da indústria e serviços.

... em muitas famílias agrícolas, as suas economias passaram a depender, na sua maior parte, de rendimentos não agrícolas, seja de pensões e reformas ou de salários da indústria e serviços.

O trabalho regular, com horários rigorosos e, com frequência, distante da habitação, alterou rotinas, obrigou a ajustar os tempos dedicados ao trabalho na terra e a adaptar os sistemas de produção.

população ativa agrícola de 2,7). Em meados do século passado era de apenas 20%. É o forte prevalecimento na agricultura do regime de trabalho a tempo parcial, face ao trabalho a tempo completo: nos nossos dias, acima de 80%, que compara com cerca de 10% no todo da economia, mas com proporções em redor

O trabalho da família fora da exploração era uma atividade frequente e tradicional, que levava muitos elementos dos agregados domésticos a assalariarem-se para aumentarem os

magros proventos que arrancavam das suas parcelas ou das que traziam de renda e parceria. Faziam-no, sobretudo, nas unidades agrícolas de maior dimensão. Na primeira metade da década de cinquenta, era esta a situação em metade das explorações. Com o êxodo dos anos sessenta, este emprego desceu e, em 1968, verificava-se apenas em cerca

de três décimos das unidades. Depois desta última data, voltaria a aumentar, em termos relativos, mas num contexto diferente. O destino dos assalariados já não era as grandes unidades agrícolas, mas a indús-

tria e os serviços. Em 1995, já só 12% se dedicavam a tarefas agrícolas.

O trabalho regular, com horários rigorosos e, com frequência, distante da habitação, alterou rotinas, obrigou a ajustar os tempos dedicados ao trabalho na terra e a adaptar os sistemas de produção.

A par do tempo parcial, consolidou-se também nas aldeias, desde 1969, a realidade das famílias cuja principais fontes de rendimento são as pensões e as reformas. Estas prestações alteraram o lugar dos idosos na vida das famílias: na velhice já não lhes é imprescindível procurar refúgio na casa de um filho ou filha. Passaram a poder sobreviver nas suas casas e terras, mas adequando a produção às capacidades que a idade lhes permite.

As famílias agrícolas cuja maior parte do rendimento é exterior à agricultura tornaram-se, assim, na segunda metade do século passado, uma realidade diferenciada a considerar na análise do trabalho. Atualmente, correspondem a 82% do número de explorações; acresce que 47% mobilizam menos de uma UTA, ou seja, são unidades a tempo parcial, e perto de 50%, adentro das que usufruem da maior parte dos réditos do agregado familiar de fora da exploração, têm nas pensões e reformas a fonte prevalecte de rendimento. As características estruturais das explorações (trabalho familiar ou assalariado; dimensão) e os três aspectos antes referidos – efeitos do mercado; saída continuada de população agrícola; um amplo setor de famílias cujo rendimento é, na sua maior parte, exterior à agricultura – firmaram um (novo) enquadramento dos modelos de trabalho agrícola, cujos contornos

atuais são indissociáveis das seguintes dimensões: rutura família/exploração, nas unidades familiares; difusão das tecnologias químico-mecânicas; externalização/terciarização; intensificação do recurso a trabalho eventual, associado ao fortalecimento do setor hortofrutícola.

A par do tempo parcial, consolidou-se também nas aldeias, desde 1969, a realidade das famílias cuja principais fontes de rendimento são as pensões e as reformas.

3. Nas famílias agrícolas, estas décadas marcaram grandes ruturas. Com o êxodo, os filhos passaram a ter alternativas, para além

da continuidade no trabalho da terra, nos lugares e montes onde tinham nascido. Os pais deixaram, assim, de ser o exemplo do que os filhos podiam ser, e os próprios pais passaram a reconhecer que permanecer nas aldeias não era a melhor opção. Esta mudança repercutiu-se, de imediato, na vida das famílias. Os que ficavam não tinham a sucessão assegurada, deixavam de sentir a velhice acautelada e confrontavam-se com menos braços para o cultivo da terra. As pensões e reformas, já antes referidas, amorteceram o medo do envelhecimento, mas para a menor disponibilidade de trabalho foi necessário enveredar pelas novas tecnologias.

Os saberes tradicionais aprendidos e transmitidos no seio das famílias tiveram, assim, que dar lugar aos saberes técnicos que permitem manusear motores e estimar adubações. Foi uma alteração decisiva, na relação com o trabalho, cuja aprendizagem teve de se fazer com técnicos ou com vizinhos e familiares, já mais ilustrados.

Os saberes tradicionais aprendidos e transmitidos no seio das famílias tiveram, assim, que dar lugar aos saberes técnicos que permitem manusear motores e estimar adubações. Foi uma alteração decisiva,

na relação com o trabalho, cuja aprendizagem teve de se fazer com técnicos ou com vizinhos e familiares, já mais ilustrados. Foram anos em que as políticas de formação profissional tiveram um lugar central na modernização da agricultura familiar.

A crescente escassez de braços e a motomecanização favoreceram a tendência para a individualização do trabalho nas unidades familiares, ou seja,

a produção passou, com frequência, a depender sobretudo da atividade de apenas um elemento. Os outros membros da família encaram a exploração como um património ou veem nela a possibilidade de a utilizarem para lazer, férias ou residência.

Esta situação tem vindo, nalguns casos, a proporcionar um novo percurso às unidades familiares. Com a possibilidade crescente de recorrer a serviços exteriores para os trabalhos agrícolas, a execução destes pela família, ou por um dos seus elementos, deixa de ser marcante e a *exploração familiar* pode converter-se na *exploração da família*, aberta às diferentes solicitações dos seus vários membros. É uma adaptação certamente ainda de pouco vulto, que não se descortina na informação estatística, mas que configura uma nova relação com o património e o trabalho agrícola.

O que os dados estatísticos mostram é que, hoje, 72% das explorações recorre a mão-de-obra não familiar (em 1980, a proporção era de 43%) e, no seu âmbito, cerca de 90% apela a trabalhadores eventuais (60% por via da contratação de serviços a terceiros). E revelam também que o contributo das mulheres, que em 1980 se situava em pouco mais de 50% na medida do trabalho na agricultura do Continente, se fixa, na atualidade, abaixo do limiar de 45%; mingua também a sua prestação no segmento do trabalho assalariado (39% no fim dos anos de 1970, 31-33% no período subsequente até aos dias de hoje), persistindo, contudo, em redor dos 50% nos assalariados temporários. Expressiva foi a mudança na assunção das mulheres tituladas como *produtores*: no início da década de 1990, a sua quota fixava-se em 15%; em 2013, o nível supera os 30%. Note-se, ainda, no respeitante ao trabalho da população agrícola familiar, que, se no final dos anos de 1980, a participação do cônjuge e de outros membros da família se abeirava dos 55%, a partir de 2000 passou a ser o *produtor* a ter o desempe-

nho fundamental do trabalho na exploração agrícola. Por sua vez, ao nível do tempo de trabalho na exploração – sob o pano de fundo, já referido, do regime a tempo parcial na agricultura – a mutação relevante ocorre com os outros membros da família: em 1990, a relação UTA/indivíduo cifrava-se em 0,35, em 2005, 0,25 e em 2013, a proporção de unidades de trabalho por cada pessoa do grupo “outros membros da família” situava-se abaixo de 0,2.

4. Desde os anos sessenta, generalizou-se e, progressivamente, intensificou-se o recurso à motomecanização e à energia elétrica, aos químicos agrícolas (adubos, fitofármacos, produtos para a sanidade animal, herbicidas), aos concentrados para a ali-

mentação animal e a espécies melhoradas, vegetais e animais. Destaque-se que, por 1980, se contavam, nas explorações agrícolas do Continente, 62 300 tratores (estavam em 7% das explorações), em 1995, aquela contagem subia

para 120 000 (em 30% das explorações) e, em 2013, para cerca de 136 000 (em 57% do universo de unidades agrícolas). Todavia, naquela primeira data já 53% das explorações utilizavam o trator que não lhes pertencia e dez anos depois tal quota ascendia a mais de 65%; em tempo seguinte, a fração aluguer de trator declina (40% em 2013): foi a mudança de sistemas produtivos, o incremento da motorização própria e da autonomização, e respetivo registo formal, das empresas prestadoras de serviços (os “serviços agrícolas”²). O conjunto destas transformações tecnológicas foi comum aos países mais desenvolvidos, ainda que com ritmos e cronologias nem sempre coincidentes.

Os sistemas de produção incorporaram estas tecnologias e os resultados foram notórios. Aumentou

... a possibilidade crescente de recorrer a serviços exteriores para os trabalhos agrícolas... É uma adaptação certamente ainda de pouco vulto, que não se descortina na informação estatística, mas que configura uma nova relação com o património e o trabalho agrícola.

² Na designação das Contas Económicas da Agricultura, CEA (INE).

a produção, que, entretanto, a partir dos anos de 1980, se vai manter sensivelmente estabilizada, num quadro de abaixamento dos preços dos principais géneros alimentares e de contínua diminuição da mão-de-obra. Por exemplo, na cultura do arroz, em Portugal, logo na primeira metade dos anos setenta, houve casos em que a utilização da munda química e da motomecanização na plantação e na ceifa, substituindo a tração animal e o trabalho manual na munda e na ceifa, diminuiu a mão-de-obra (horas/hectare/ano) de 2 780 para 146. Esta mudança permitiu a dispensa dos ranchos migratórios.

Alterou-se também o próprio trabalho agrícola. Em muitas operações ficou menos penoso – no esforço *insano* da ceifa, na *violência desmedida* da cava da vinha, na *rotina violenta* da rega com a picota ou cego-nha,... – e cessaram sociabilidades e rituais associados ao trabalho manual e às tecnologias tradicionais (os cantos na ceifa, as descamisadas do milho, a pisa das uvas,...). A mudança repercutiu-se também na organização do trabalho. Num estudo sobre a cultura da vinha, em Portugal, evidenciam-se os efeitos da motomecanização na divisão do trabalho, nas competências, nos agentes de subcontratação e na feminização e desvalorização do trabalho manual. Ou seja, a transformação tecnológica não foi uma mera substituição, mas contribuiu decisivamente para as características da *ordem rural e agrícola*, desencadeada pelo êxodo populacional.

Desde os anos oitenta, a intensificação tecnológica da agricultura acentuou-se fortemente, como evidenciam os indicadores seguintes³:

³ Com base em INE, *Contas Económicas da Agricultura*. Os valores dos agregados económicos são a preços constantes de 2011 e a produção está valorada a preços base.

- Por cada unidade produzida de bens agrícolas, o gasto envolvido (o total dos Consumos Intermedios, CI) vai subir de cerca de 0,4 unidades (€), na média dos anos 1980-85, para 0,65 em 2006-16.

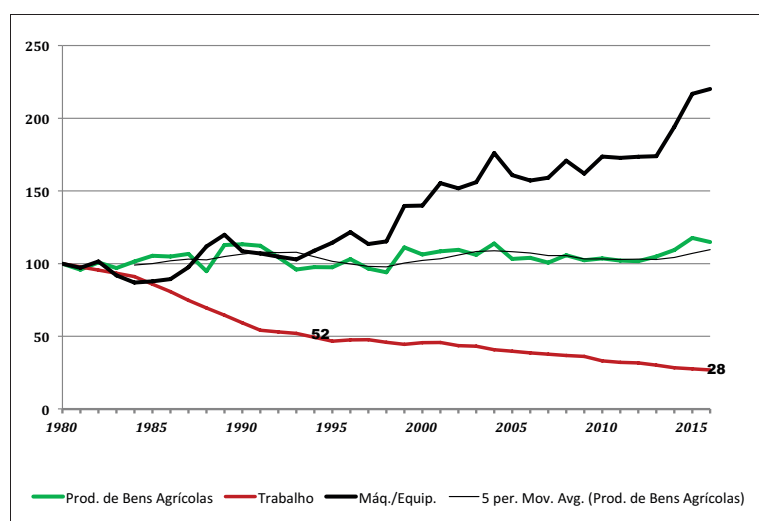
- Tal ascendente acompanha o declínio contínuo, e assinalável, da mão-de-obra convocada (em UTA): face a 1980-85, – 36% nos anos 1986-95, –53% em 1996-2005, –65% em 2006-16; decréscimo mais acentuado no trabalho familiar (quase menos 70% das 711 mil UTA contadas em 1980-85) do que nos assalariados (–56% em 2006-16 em relação às 165 mil UTA avaliadas para a segunda metade da década de 1980)⁴.

- Assim, comparativamente à situação em 1980-85, o volume de CI por cada unidade de trabalho, multiplica-se por cerca de 2 nos anos de 1986-95, por perto de 4 em 1996-05 e por quase 6 vezes na média dos anos 2006-16.

- Percurso que segue de par com o crescendo do montante de Formação Bruta de Capital Fixo⁵

⁴ Assinala-se, a propósito do ascendente de relevo do trabalho assalariado, a individualidade da agricultura no seio dos demais ramos de atividade da economia nacional: o menor peso do assalariamento (avaliado pela relação entre os valores das *remunerações* e da produção), embora em aumento, e, em contraponto, a maior expressão, ainda que em diminuição, do agregado *rendimento misto* (ou Excedente Bruto de Exploração, EBE, é a *forma de remuneração do trabalho dos proprietários ou membros da família de unidades não constituídas em sociedade do setor das famílias ... , característica da actividade agrícola*) face ao valor da produção – é a relevância das agriculturas familiares (cf. INE, 2017, *Sistema Integrado de Matrizes Simétricas Input-Output 2013* e Id. 1999, in https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais).

⁵ FBCF: produtos agrícolas – plantações e animais – e produtos não agrícolas – máquinas e outros materiais, edifícios e outros

Figura 1. Produção de bens agrícolas, trabalho e motorização: anos 1980-2016

Nota: Valores de base: dos agregados económicos (produção e FBCF) a preços constantes de 2011; trabalho em unidades de trabalho ano (UTA); máquinas e equipamentos (Máq./Equip.) – indicador correspondente à soma dos valores de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em máquinas e equipamentos e de Consumos Intermedios de Energia e Lubrificantes e de Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas

Fonte: INE, CEA

(FBCF) disponibilizado por unidade de trabalho: o valor da FBCF em produtos não agrícolas por UTA é em 2006-16 cerca de 9 vezes o cômputo de 1980-85 e o segmento de máquinas e materiais passa de 3 vezes o patamar dos anos 1980, na primeira década pós adesão à UE, para 7 em 1996-2005 e acima de 16 vezes na média de 2006-16.

5. Aquelas ordens de grandeza na evolução do rácio FBCF em máquinas e materiais/UTA são similares às que respeitam à componente dos CI *serviços* – a componente estrutural marcante da dimensão acima explicitada: a externalização/terciarização da agricultura. Foi notável o seu crescimento: hoje, a relação do valor implicado em *serviços* por cada unidade de trabalho é 17,5 vezes superior ao registo de 1980-85.

Estão envolvidos naquela componente dos consumos intermédios atinentes à produção, as despesas com veterinários, com a manutenção e reparação de material, ferramentas, edifícios e outras obras agrícolas, com os “serviços agrícolas”⁶, com uma

⁶ Serviços agrícolas: no fundamental, os serviços prestados por *profissionais especializados, com as suas próprias*

parte dos gastos com intermediação monetária⁷ e, ainda, uma panóplia de outros consumos – onde é saliente a vertente terciarização da agricultura – congregada nas *Contas* da agricultura sob o apelativo de “outros bens e serviços”⁸. De reter, neste contexto, a articulação da economia da agricultura nas *Contas Nacionais*⁹. É a vista dos fluxos de bens e serviços carregados de outros ramos da economia para a agricultura que se resume: para além dos advenientes das indústrias que integram o designado complexo agroflorestal – onde, no caso, a expressão é das indústrias alimentares por via das aquisições de “alimentos para animais” –, destacam-se os abrangidos em “outros

bens e serviços” a que acima se aludiu. Assim, de forma simplificada, há bens incorporados dos “produtos químicos e fibras sintéticas” (para além de adubos e de pesticidas e de outros produtos agro-químicos, as matérias plásticas e as embalagens de plástico), de “têxteis” (cordas, cabos, cordéis ...), de “outros produtos minerais não metálicos” (embala-

unidades produtoras – o caso do *aluguer de máquinas e aparelhos com o respectivo pessoal*. Em relação aos “serviços agrícolas” e a “outros bens e serviços”, cf. Eurostat, *Manual de Contas Económicas da Agricultura e da Silvicultura* CEA/CES 97 (Rev. 1.1).

⁷ Os Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos, SIFIM.

⁸ Aqui, são os dispêndios com alugueres (por ex., máquinas e aparelhos sem o pessoal necessário ao seu uso), honorários de consultores, estudos de mercado e de publicidade, formação de pessoal, serviços de transporte, gastos bancários faturados, correios e telecomunicações, prémios brutos de seguros, quotas a associações profissionais e cooperativas, pagamentos às administrações públicas para obtenção de licenças/autorizações de exercício de atividades, pequenas ferramentas, roupa de trabalho, peças sobresselentes e material duradouro de baixo valor, embalagens/acondicionamento de produtos (ver INE, 2017).

⁹ Com base em INE, 2017.

gens de vidro), de “produtos metálicos” (bidões, tonéis, caixas e outras embalagens de ferro e aço); e há os serviços relativos às vendas, aos transportes e comunicações, à informação e comunicação, à consultoria e às atividades financeiras e jurídicas.

6. O fortalecimento e a expansão da hortofruticultura, nas últimas décadas, deram maior dimensão ao recurso a trabalho eventual, em especial nas operações em que se concentram grandes necessidades de mão-de-obra, em períodos limitados. Este é um

Nas unidades familiares, onde antes se mobilizava a entreajuda, a nível local, beneficia-se agora, dada a grande melhoria nas condições de mobilidade, da vinda de familiares e amigos da cidade, durante um fim-de-semana ou umas curtas férias.

Nas explorações capitalistas, tem sobressaído o recurso à utilização de trabalho migrante, que atualmente não são ranchos migratórios que vêm do Centro Litoral ou das Beiras para a ceifa dos cereais, mas pessoas recrutadas noutros países (os trabalhadores imigrantes).

tema que, de algum modo, retoma o que se passou com os ranchos migratórios.

Nas unidades familiares, onde antes se mobilizava a entreajuda, a nível local, beneficia-se agora, dada a grande melhoria nas condições de mobilidade, da vinda de familiares e amigos da cidade, durante um fim-de-semana ou umas curtas férias.

Nas explorações capitalistas, tem sobressaído

o recurso à utilização de trabalho migrante, que atualmente não são ranchos migratórios que vêm

do Centro Litoral ou das Beiras para a ceifa dos cereais, mas pessoas recrutadas noutros países (os trabalhadores imigrantes). Esta realidade tem hoje uma dimensão incontornável pois, apesar da sua grande invisibilidade social e estatística, não faltam notícias e evidências da sua relevância.

A motivação central para esta importação de trabalhadores são os diminutos salários que lhes pagam e a dependência, em que ficam, das entidades contratantes. A estes dois aspetos acresce ainda – como antes com os ranchos migratórios – as muito deficientes, e com frequência inaceitáveis, condições de vida e de trabalho a que estão sujeitos [Caixa 3].

7. Aqui chegados, para além da informação reunida no Anexo, ficam alguns destaques de uma observação, na atualidade, do trabalho nas grandes modalidades da agricultura do Continente português – agriculturas familiares e não familiares – e na hortofruticultura (ver Anexo).

- Desde logo o quadro geral: a) mais de 90% das unidades de trabalho concentram-se nas agriculturas familiares que, contudo, em média, empregam pouco mais de uma pessoa a tempo completo – o que compara com cerca de seis vezes mais na *grande* agricultura não familiar; b) o enorme fosso nos valores económicos gerados por unidade de trabalho entre agricultura familiar e não familiar: nesta, mais de 9 vezes os réditos, médios, por exemplo, da agricultura familiar em que prevalecem as pensões nas fontes de rendimentos exteriores à atividade da exploração.
- Naturalmente, o trabalho assalariado está sobretudo alocado às agriculturas não familiares (mais de 65%), fatia que tem um aumento expressivo no que respeita aos trabalhadores permanentes (acima de 80%); todavia, é relevante a partição

entre modalidades de agricultura no tocante aos assalariados eventuais: a parcela maioritária tem o seu desempenho nas agriculturas familiares.

- Ainda não são as orientações produtivas horto-arborícolas que dominam o trabalho agrícola (43% do total das unidades de trabalho). Entretanto, vislumbram-se diferenças no tipo de mão-de-obra mobilizada por estas orientações: a) de imediato, a proximidade de importância do trabalho familiar e assalariado na horticultura, o que não é o caso na arboricultura que, em linha com as demais orientações técnico-económicas (OTE), persiste na dependência expressiva de trabalho familiar (em redor de 80%); b) depois, a posição cimeira da horticultura no respeitante à afetação dos assalariados, sejam os permanentes, sejam os eventuais; c) em terceiro lugar, o contraste entre a especialização arboricultura e o conjunto de outras OTE: naquela, o ascendente do peso do trabalho temporário, neste, o dos assalariados permanentes.
- Maior impacto do trabalho temporário (contratado pelo produtor ou através do recurso a serviços por terceiros) na arboricultura do que nas unidades especializadas na horticultura, ou seja, nestas, o apelo aos trabalhadores permanentes é mais relevante.

... uma profunda transformação tecnológica aparece associada ao desenvolvimento da externalização/terciarização que tem contribuído para reconfigurar o quadro institucional do trabalho agrícola...

agriculturas familiares e não familiares, quer na média global dos sistemas produtivos, quer na arboricultura, mas não na horticultura (maior relevância nas agriculturas familiares); b) por outro lado, a supremacia, no âmbito das unidades especializadas na horticultura, das agriculturas familiares face às não familiares no apelo ao trabalho não contratado diretamente pelo produ-

- Por fim, no reporte ao trabalho por contrato de serviços a terceiros, seguem-se, como destaques: a) por um lado, no total do trabalho temporário, a proximidade de peso relativo, nas

tor, o que contrasta com o relativo equilíbrio de proporções no conjunto dos sistemas produtivos.

8. O trabalho agrícola registou, no último século, grandes mudanças onde sobressaem a contínua retração dos que dele se ocupam e uma profunda transformação tecnológica. Esta aparece associada ao desenvolvimento da externalização/terciarização que tem contribuído para reconfigurar o quadro institucional do trabalho agrícola, multiplicando o número de intervenientes, e para possibilitar o emergir de novas possibilidades de organização dos sistemas de produção, na medida em que a gestão destes possa deixar de depender dos equipamentos e competências, de que dispõe *internamente* a exploração.

Acentuou-se, ainda, sobretudo desde meados do século XX, a distância entre o número dos que, de facto, trabalham na agricultura e os que, nos recenseamentos da população, se classificam como ativos agrícolas. Estes são, hoje, uma pequena parte comparada com o contributo dos que tendo como principal outra profissão/ocupação, também se dedicam à agricultura, e dos prestadores de serviços.

No caso do trabalho eventual, nas operações em que há uma grande necessidade de mão-de-obra num período reduzido, *tudo mudou mas tudo ficou na mesma*. Antes, eram os cereais e os ranchos de *ratinhos*; hoje, são as hortofrutícolas e o trabalho imigrante. Antes, eram as más condições de vida, de trabalho e de renumeração; hoje, tudo isto se mantém.

No caso do trabalho eventual, nas operações em que há uma grande necessidade de mão-de-obra num período reduzido, tudo mudou mas tudo ficou na mesma. Antes, eram os cereais e os ranchos de ratinhos; hoje, são as hortofrutícolas e o trabalho imigrante. Antes, eram as más condições de vida, de trabalho e de renumeração; hoje, tudo isto se mantém.

As alterações verificadas não apagaram, também, nos modelos de trabalho agrícola, a diferenciação entre as explorações familiares e as capitalistas. Esta diferenciação é marcada sobretudo pelas características distintas do trabalho familiar e do trabalho assalariado, este preponderante nas unidades empresariais. O primeiro, na sua gestão e remuneração, é o objetivo central das unidades familiares. O segundo, nas explorações capitalistas, é um custo, a reduzir o mais possível.

Referências bibliográficas

- Baptista, Fernando Oliveira (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras: Celta Editora
- Canadas, Maria João P. Rafael (1998), *Trabalho, Território e Tecnologia: transformação e situação actual na viticultura*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia [ISA]/UTL, dissertação apresentada no ISA para obtenção do grau de doutor em Engenharia Agronómica. 414 p.
- Cordovil, Francisco c/ Rolo, Joaquim Cabral (2014), "Agricultura Familiar em Portugal. Esboço da sua importância e diversidade no limiar da década de 2010". *Em Rede, Revista da Rede Rural Nacional* n.º 5. DGADR / Rede Rural Nacional, pp. 13-21
- Radich, Maria Carlos e Baptista, Fernando Oliveira (2014), Tecnologia tradicional. Identificação e declínio, em "Caminhos e Diálogos da Antropologia Portuguesa. Homenagem a Benjamim Pereira", pp.23-43
- Rolo, Joaquim Cabral (1996), "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" in AA.VV (J. Pais de Brito et al. coords.), *O voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 77-157
- Rolo, Joaquim Cabral e Cordovil, Francisco, *Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000* (144 p. em PDF; no prelo)